



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
Gabinete
Conselho de Assistência Social do Distrito Federal

ATA - SEDES/GAB/CAS

ATA DA 64ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CAS/DF)

Reunião realizada às 09h, do dia 20 de outubro de 2023, na modalidade virtual pelo link [h&ps://us02web.zoom.us/j/88268664705?pwd=TGkyRmhQNE5XdmlmajMvaHBDUm50QT09P](https://us02web.zoom.us/j/88268664705?pwd=TGkyRmhQNE5XdmlmajMvaHBDUm50QT09P). Registraram presença os Conselheiros: Pedro Gustavo Fernandes Matias (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - APAE); Losangelis Viveiros Gregório da Cunha (Federação Espírita do Distrito Federal - FEDEF); Manoel Gomes Pina (Associação Comunitária de São Sebastião - Ascom); Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha (Sociedade Espírita de Amparo ao Menor - Casa do Caminho); Amanda Mota Meireles (Assistência Social Casa Azul); Karen Marcela Lima de Siqueira Freitas (Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal); Maria Júlia da Silva Pereira (Associação dos Servidores da Assistência Social do Governo do Distrito Federal — Asas/GDF); Luizabete Batista Tavares (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal); Thiago Andrade Gusmão da Silva (Secretaria de Estado de Governo Distrito Federal); Manary Nery Chao (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal); Edilene Maria Bandeira de Almeida (Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal); Patrícia Conceição de Souza Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal); Ana Elizabeth de Andrade Farias Santos Sales (Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Distrito Federal). Convidados: Secretaria Executiva CAS -SE: Catiane Farias Martins Gonçalves – Secretária Executiva; João Victor Nascimento; Mislene Rodrigues, Samantha Mesquita, Nielma Marques Batista, Gabriela Ismael e Maria del Carmen Cárdenas Jansen. Justificaram ausência, conselheiros: Ana Maria Gomes de Oliveira (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito do Distrito Federal) justificou por conflito de agendas; André Cordeiro Magalhães (Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal) atestado médico. **1. Abertura.** Informes: Catiane comunicou que os conselheiros que irão ao FONASEAS devem entrar em contato pelo telefone com a secretaria executiva para passarem dados pessoais e falar com Samantha e João. A reunião foi iniciada às 9h15 minutos. **2. Justificativas de ausência.** **3. Aprovação da pauta;** aprovada. **4. Aprovação da ata 334ª Reunião Plenária Ordinária.** O Conselheiro Leovane Gregório solicitou informes sobre os encaminhamentos deliberados durante a última plenária. Após leitura dos encaminhamentos, realizada pela presidente Adriana, SE Catiane informou sobre os encaminhamentos que já foram feitos. O Conselheiro Pedro Matias pontuou sobre a necessidade de indicação de conselheiros representantes no NUDEP, a secretaria executiva informou que foram encaminhados os nomes dos conselheiros Leovane Gregório como titular e o conselheiro Pedro Matias como suplente em representação do CAS/DF ao NUDEP. A conselheira Amanda perguntou sobre a redistribuição do processo de inscrição do Instituto Axiomas Brasil. A dúvida é se o processo seria de solicitação de acompanhamento ou inscrição. SE Catiane informou que se trata de inclusão de serviço, portanto, acompanhamento. SE Catiane informou que os encaminhamentos e participações nas comissões do CAS serão retomados no início de novembro em função das conferências. O conselheiro Leovane propôs aprovação da ata em vista da consolidação das deliberações, por sua publicação. Os conselheiros aprovaram, sem ressalvas, a ata da 334ª reunião plenária ordinária. A conselheira Losangelis Gregório propôs inclusão de item de pauta sobre a importância de participação e representação do CAS/DF na Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá nos dias 25 e 26 de outubro. A secretaria executiva informou que ao receber o convite, encaminhará aos conselheiros para conhecimento. Participarão da conferência o conselheiro Pedro Matias e as conselheiras Losangelis Gregório e Maria Júlia. A conselheira Losangelis compartilhou que as manutenções que estão realizadas nas unidades operacionais da Sedes, estão com problemas e que tomou conhecimento de que a Sedes não tem material para realizar as manutenções e que as unidades tem de adquirir material por conta própria. **5. Deliberação e aprovação das Resoluções n.º 58 e 59, que dispõem sobre emissão de parecer favorável,**

referente à análise de viabilidade de recursos de Programação (RP2-A4) destinada ao Fundo de Assistência Social do Distrito Federal - FAS/DF. SE Catiane esclareceu acerca das programações orçamentárias constantes no Sistema SIGTV no montante de 10 milhões e que foram mencionados nas Resoluções CAS/DF n.º 58 e 59 (que aprovam 6 milhões e 4 milhões respectivamente), os quais estão distribuídos da seguinte forma: 6 milhões em 20 programações de 300 mil cada, destinadas a 20 instituições; e 4 milhões em 4 programações de 1 milhão com destinação para 4 instituições da sociedade civil. SE Catiane destacou que as informações são inseridas no SIGTV e necessitam ser aprovadas pelo CAS para que haja o efetivo repasse dos recursos. SE Catiane informou que já deu conhecimento ao Gabinete da Sedes, por tratar-se de emendas com procedimentos operacionais na modalidade fundo a fundo (FNAS-FAS/DF) e que se faz necessária agilidade para informar o aceite das programações no sistema SIGTV. A secretária executiva destacou que, como as Resoluções n.º 58 e 59 foram editadas, pela Presidente do CAS/DF, *ad referendum* da plenária, faz-se necessário que haja o referendo das mesmas nesta plenária, para que a ata da reunião seja devidamente publicada e inserida no sistema SIGTV. Ainda sobre o assunto, informou-se que já foi solicitado ao Gabinete/Sedes que seja disponibilizado ao CAS/DF o plano de ação de cada programação alcançada pelas emendas. Além disso, deverão ser enviadas as informações às entidades sobre os repasses do FNAS ao FAS/DF. Ressaltou-se ainda que as entidades também devem apresentar plano de ação como requisito para recebimento dos repasses decorrentes das emendas, e os conselheiros precisam realizar o acompanhamento. O conselheiro Pedro observou que APAE já recebeu o ofício solicitando o plano de trabalho já estruturado para que seja feito o repasse de forma rápida. Pontua que a aprovação tenha detalhamento na COF para que haja solicitação ao grupo de trabalho das emendas que se dê orientação às instituições sobre como elaborar os planos, informações sobre como será o acompanhamento e a execução por parte da Secretaria, das emendas. O conselheiro pontuou que é fundamental saber quem vai acompanhar os termos de fomento e como será a prestação de contas, e que essas respostas devem ser fornecidas pelo Grupo de Trabalho, destacando-se ainda o risco dos recursos serem aprovados e as instituições acabarem não os recebendo por falta de informações por parte da Sedes. Presidente Adriana informou que a questão sobre a execução desses recursos, e a necessidade de as entidades apresentarem seus planos de trabalho, foi tratada em reunião realizada em 04 de outubro de 2023, na qual estavam presentes os titulares da SUAG, da SEADS, da SEEDS, ocasião na qual tais autoridades se comprometeram em cuidar para que a Sedes possa oferecer capacitação às entidades para elaboração dos planos de trabalho, assim como estabelecer um fluxo de execução das emendas. A Presidente Adriana enfatizou a importância de um membro do CAS participar das reuniões acerca do estabelecimento de fluxos de execução de emendas, designando-se, para tanto, a conselheira Andressa. Ainda sobre o tema, o conselheiro Pedro pontuou que houve avanços e que, em conversas com Unipar, aconteceram melhorias. Propôs que seja feita uma Recomendação para que sejam observados as normas regulatórias do MROSC, incluindo a Portaria nº 91/Sedes. O conselheiro Leovane propôs que o Conselho se reúna com todas as entidades candidatas ao recebimento das emendas parlamentares com o objetivo de ouvi-las, se querem as emendas e como será a participação como SUAS. Sugestão para criar um grupo de pressão com objetivo de fazer rodar o recebimento das emendas. Nessa mesma direção, o Conselheiro Pedro propôs convite à participação na reunião à SUBSAS, para que sejam abordados também minúcias específicas dos serviços. A presidente Adriana pontuou que provavelmente há outras emendas no FAS sem execução. Ela se propôs a fazer uma busca junto ao SIGTV para verificar identificar OSCs e ver com Suag se as emendas estão no fundo. A presidente Adriana propôs que seja feito, pela COF, o levantamento junto ao Fundo de Assistência Social do DF dos recursos disponíveis para as OSCs e que estão retidos, com o objetivo de planejar reunião no início de 2024 e convidar todas as OSCs para dialogar sobre formas de viabilizar o recebimento dos recursos. A proposta foi aprovada pelos presentes. A presidente Adriana indicou que a COF, ao fazer o acompanhamento do tema, já tome medidas voltadas a construção de estratégias com as áreas específicas, com objetivo de chamar as OSCs já com as informações para subsidiar as soluções das pendências. Concordeu-se com a proposta de convite à participação, à UNIPAR e à SUBSAS com objetivo de esmiuçar o regramento já existente. O conselheiro Manoel sugeriu que a reunião com a pauta proposta aconteça já em novembro, na próxima reunião da COF. Propôs chamar representante do gabinete também. Mislene pontuou a importância de verificar se o Grupo de Trabalho já concluiu a proposta de fluxo. Retomada da pauta, foi realizada a verificação do quórum necessário para deliberação. **6. Avaliação das Conferências Regionais.** A presidente Adriana passou a palavra para a conselheira Losangelis para a avaliação e informes sobre como está o andamento da Conferência Distrital. A conselheira Losangelis definiu a experiência como extremamente difícil, tendo estas últimas conferências regionais se superado em

dificuldades, com relação às anteriores. A conselheira pontuou o desgaste resultante do processo. A conselheira ressaltou que tais desgastes comprometem a qualidade da discussão e do debate para alavancar a Política de Assistência Social. A conselheira destacou que a questão dos espaços se sobrepôs durante o processo de organização, em detrimento da programação, do conteúdo. A conselheira destacou a importância de fazer algo que reflita no SUAS que queremos, que está muito fragilizado. Relatou que foram realizadas as 4 conferências, conseguiram adesão das unidades, formação de grupos, diálogos com os participantes, e que foi razoável. Reiterou que o fato preocupante é a fragilidade do conteúdo como um todo. A conselheira Losangelis destacou que o Conselho precisa trabalhar fora das cadeiras, realizando ações externas para dar outra configuração nas próximas conferências com relação ao controle social. Pontuou que os atores têm dúvidas sobre o que é controle social, conselho, ligado à ação no dia a dia. A conselheira falou que o trabalho passa pela observação da postura adotada pelos conselheiros de uma forma continuada, estando mais junto de todos para efetivar o controle social e o conhecimento do conselho. A conselheira Losangelis lembrou das sugestões de criação dos conselhos regionais colocadas em algumas conferências regionais, e a necessidade de pensar formas possíveis para tal organização; Pontuou como necessário alinhar plano de ação para aproximação das unidades de execução direta e indireta; Fóruns coletivos para fortalecer o controle social para evitar a repetição da situação atual; Unir grupo para pressionar Sedes e governo. Ressaltou a importância de provocar a ação a partir de comportamento dos conselheiros e conselheiras. A conselheira compartilhou que percebe o Conselho tímido, apagado e sem norte, sem referência nas unidades, junto aos atores da política, e que para reverter esse quadro, com o objetivo de fazer o SUAS que queremos, é fundamental deixar de ser balcão de negócios manobrando com a pobreza e fazer valer a Política de Assistência Social. A conselheira entendeu que a conferência prejudicada, em todos os sentidos infraestrutura e conteúdo e reiterou a necessidade de que todos os presentes estejam informados sobre o que estão fazendo. É a avaliação. O conselheiro Pedro posicionou-se de acordo com o que a conselheira Losangelis falou, e aproveitou para parabenizar todos que com todas as dificuldades, participaram, garantiram que as conferências acontecessem, em especial a SE e toda a equipe fez acontecer. Pontuou-se ainda que a forma em que as conferências aconteceram, demonstra o lugar de como a Política de Assistência Social nessa gestão não é prioritária. Observou que os usuários estiveram despreparados, que as equipes não conseguem preparar usuários de forma contínua, que a Subsas apresenta somente números. O conselheiro Pedro entende que não estão discutindo a Política substancialmente. O conselheiro reiterou que trata-se de como fazer, observar e monitorar, avaliando alcance além dos dados quantitativos. O conselheiro frisou que não haveria conferência sem toda nossa mobilização e a importância do trabalho do Conselho. Os conselheiros e conselheiras propuseram lançar documento em atenção ao período conferencial, notificando a Sedes e todos órgãos parceiros, para que o CAS também mostre resposta efetiva sobre a despolitização do caráter conferencial. A presidente Adriana propôs que na reunião de dezembro as comissões tragam um planejamento para o grande planejamento do Pleno. Reiterou a importância de agir de forma planejada enquanto Conselho. Propôs que na pauta das comissões, cada uma faça seu planejamento (formação e etc), como plano de ação de 2024 do CAS. Destacou a necessidade de solicitar à Subsas o planejamento de ações e serviços. para deliberação e acompanhamento por parte do CAS. Ressaltou a importância de que o planejamento não seja enviado de forma resumida, mas com compromissos, responsabilidades, planejamento de ações de forma efetiva. O vice-presidente Coracy reforçou a necessidade de atenção à conjuntura apresentada nas falas, que contemplam o que vivenciamos. Reiterou a importância da estruturação dos processos de funcionamento da Assistência Social e que o Conselho precisa estar atento. Ressaltou o caráter de dupla atuação de gestão e órgão de controle. Reforçou a importância das ferramentas de controle social que são o Conselho e as Conferências e que são processos para serem ajustados. O vice-presidente falou da dinâmica de relação do CAS com a gestão da Sedes como ponto importante de debate. Pontuou que existiram questões de fragilidade na relação de suporte para a realização das conferências, permeadas por tramites e recursos disponíveis e dificuldades. O vice-presidente compartilhou que a Subsas passa pelo mesmo que o Conselho, tendo que pautar o funcionamento da Política para o cumprimento do que é objetivo da Assistência Social. Ressaltou que a Subsas se coloca a disposição, e que a perspectiva técnica dos serviços coadunam com o CAS. Reiterou a importância da formação dos conselheiros, das OSCs, naquilo que compõe os processos que culminam no que foi a Conferência. Definiu que o CAS foi guerreiro em conseguir realizar as conferências com suas complexidades. Concorda com o caminho que foi indicado para cobrança e acompanhamento das ações. O vice-presidente pontuou ainda a importância do Conselho estar atento ao Plano de Ação da Secretaria e não apenas da Subsas, diante dos temas que foram pontuados nas conferências, como as questões dos

transportes e da estrutura, pautando a atuação do CAS. A conselheira Maria Julia destacou a necessidade de organizar o que resultou das Conferências e a possibilidade de perceber e utilizar os delegados para capilarizar a atuação do Conselho. A conselheira Losangelis propôs a elaboração de uma carta de repúdio a ser lida na Conferência Distrital, sobre as questões com relação a desistência do governo com a política de assistência social, que culminaram na situação da conferência social. Reiterou a importância de frisar que o processo não transitou com tranquilidade. Deixar nítido para a secretaria e ao governo sobre os custos da forma como se deu o processo de organização das conferências e sobre nosso objetivo de reagir com fortalecimento do CAS nesse processo. A presidente Adriana concordou e frisou a importância política da Conferência e da elaboração da carta a ser apresentada. Decidiu-se que a carta será elaborada pela comissão da conferência. Em atenção ao quórum, retomou-se o ponto de pauta . **7. Aprovação de emendas parlamentares confirmadas Ad Referendum.** A presidente apresentou, de forma breve, informações sobre a edição de Resoluções, *ad referendum*, as quais já tinham sido apresentadas e discutidas pelos presentes na reunião do pleno anteriormente. Após votação, o ponto foi aprovado por unanimidade pelos presentes. A SE fez captura de telas da votação. Presidente Adriana reiterou que a Comissão de Orçamento irá trabalhar sobre o tema das emendas e apresentará plano de trabalho. **8. Regimento Interno XV Conferência Distrital de Assistência Social.** A Presidente solicitou que a Secretaria Executiva apresentasse os pontos chave. SE Catiane informou houve necessidade de ajuste em alguns pontos do Regimento Interno que tratam das vagas, para ampliação do número de observadores, visto o número baixo de delegados inscritos nas conferências regionais, sendo possível assim o remanejamento das vagas em seu total. Mislene informou que as alterações foram mínimas, e que em observação ao levantamento dos delegados inscritos após as conferências regionais, temos 60 delegados inscritos e que ao verificarmos a condição de inscrição, notou-se que alguns não atenderam a todos os critérios regimentais. Mislene destacou em especial que nenhuma das inscrições de entidades cumpriu os requisitos previstos pelo regulamento, inciso III, art. 16, que condiciona os delegados à apresentação de documentação comprobatória. Destacou ainda que para a participação desses delegados na Conferência Nacional, caso eleitos na distrital, tais documentações também serão indispensáveis. SE Catiane propôs a aprovação do contato com os delegados inscritos para obter declarações das entidades que representam e validar as inscrições. Aprovou-se que a SE fará drive para todos os inscritos apresentarem documentação comprobatória exigidas. E ainda, que no intuito de preencher as vagas de participação na Conferência Distrital pelos delegados já eleitos, serão feitos esforços de verificar o perfil nos quais poderão ser incluídos, caso possível, com objetivo de manter representatividade. Mislene informou que teremos redução no número de delegados e desta feita, preencheremos o restante das vagas com perfis de observadores e convidados. Mislene leu a proposta de alteração do texto do Artigo 4, que foi aprovado pelos participantes no Pleno. A Secretária Executiva e a assessora Mislene apresentaram a proposta de Programação da Conferência Distrital, a presidente Adriana colocou em votação o Regimento Interno e a Programação da XV Conferência Distrital de Assistência Social, e ambas foram aprovadas pelo Pleno. A SE Catiane enalteceu a participação dos conselheiros presentes nos dias de conferência. Reiterou o convite aos conselheiros para estarem presentes em peso na conferência distrital. Ressaltou a importância da participação enquanto expressão do controle social e do nosso esforço diário no fazer da política pública. Parabenizou a equipe e os conselheiros. Destacou a importância da participação de trabalhadores e usuários e seu sentimento de pertença expresso na participação nas conferências e reiterou que um dos papéis principais do Conselho é fazer acontecer as Conferências. A presidente Adriana agradeceu a presença de todos de última hora, agradeceu os envolvidos nas regionais e nas preparações da Conferência Distrital, reforçando a importância de um Conselho fortalecido. Ata redigida pela EAS-Psicóloga Maria del Carmen Cárdenas Jansen, e lavrada pela Secretária Executiva do CAS/DF Catiane Farias Martins Gonçalves.



Documento assinado eletronicamente por **CATIANE FARIAS MARTINS GONÇALVES - Matr.0224383-0, Secretário(a) do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal**, em 01/11/2023, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=125434679)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=125434679)
verificador= **125434679** código CRC= **6AA17988**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPN Quadra 515 Lote 02 Bloco B - Bairro Asa Norte - CEP 70.770-502 - DF
Telefone(s): 3773-7185
Sítio - www.sedes.df.gov.br

00431-00020092/2023-23

Doc. SEI/GDF 125434679